



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NO CFP/UFCG,
CAJAZEIRAS-PB**

ANTÔNIA MARIA SILVA DORE

**POMBAL-PB
2019**

ANTÔNIA MARIA SILVA DORE

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NO CFP/UFCG,
CAJAZEIRAS-PB**

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais (PPGSA), do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em cumprimento às exigências para obtenção do Título de Mestre em Sistemas Agroindústrias.

Orientador: Prof. D.José Cezário de Almeida

**POMBAL-PB
2019**

D695e Dore, Antônia Maria.
Educação ambiental e sustentabilidade no CFP/UFCG Cajazeiras
– PB / Antônia Maria Dore. – Pombal, 2020.
27 f.

Artigo (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) – Universidade
Federal de Campina Grande, Centro de Ciências e Tecnologia
Agroalimentar, 2019.

"Orientação: Prof. Dr. José Cezário de Almeida".
Referências.

1. Educação ambiental. 2. Práticas estratégicas sustentáveis. 3.
Sustentabilidade. I. Almeida , José Cezário de. II. Título.


CDU 37:502(043)

“EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NO CFP/UFMG, CAJAZEIRAS-PB”

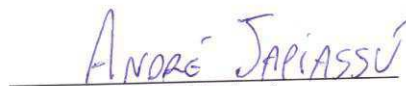
Artigo apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Pombal-PB, em cumprimento às exigências para obtenção do Título de Mestre (M. Sc.) em Sistemas Agroindustriais.

Aprovada em 10 / 12 / 2019

COMISSÃO EXAMINADORA


José Cezário de Almeida
Orientador


Patrício Borges Macacaja
Examinador Interno


André Japiassú
Examinador Externo

**POMBAL-PB
2019**

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NO CFP/UFCG, CAJAZEIRAS-PB

Antônia Maria Silva Dore¹, José Cezário de Almeida², Patrício Borges Maracajá³, Aline Carla de Medeiros⁴

¹ Mestre PPGSA-CCTA-UFCG/Pombal – PB;

² Prof. Dr. UFCG/CFP/Cajazeiras – PB;

³ Prof. Dr. PPGSA-CCTA-UFCG/Pombal – PB;

⁴ Prof.^a Dr.^a PPGEF-UFCG/Campina Grande – PB.

RESUMO

O cenário vivido pela humanidade nos implica numa árdua missão de reconstruir a sociedade. Neste sentido, se faz necessária uma mudança de paradigma por parte dos cidadãos e das entidades, e isso passa por uma reinvenção dos modelos de produção e consumo adotados pelo ser humano. Para tanto, são necessárias novas formas de organização, como a sustentabilidade associada a Educação Ambiental, proposição essa que inova e desafia organizações a respeito da necessidade de conciliar as dimensões econômica e social. Desta forma, este artigo objetiva apresentar exemplos de práticas estratégicas sustentáveis, configuradas como modelo, e construídas com intuito de promover a socialização de temas que abrangem a proteção ambiental. Em sua metodologia, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, utilizando-se o método de abordagem dedutivo, o estudo de caso como método de procedimento, a pesquisa bibliográfica e a observação direta como técnica de pesquisa. Consta-se que, a aprendizagem vem consolidar nossa vivência contemporânea, concebendo-nos um olhar reflexivo, para que possamos nos enxergar não apenas como profissionais, mas também como cidadãos que portam condutas socialmente responsáveis e que fazem parte dos méritos relativos à vivência humana.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Práticas estratégicas. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The scenario experienced by humanity implies an arduous mission to rebuild society. In this sense, it is necessary to change the paradigm on the part of citizens and entities, and this involves a reinvention of the production and consumption models adopted by human beings. Therefore, new forms of organization are necessary, such as sustainability associated with Environmental Education, a proposition that innovates and challenges organizations regarding the need to reconcile the economic and social dimensions. Thus, this article aims to present examples of sustainable strategic practices, configured as a model, and built with the aim of promoting the socialization of themes that cover environmental protection. In its methodology, it is a qualitative research, using the deductive approach method, the case study as a method of procedure, bibliographic research and direct observation as a research technique. It appears that, learning comes to consolidate our contemporary experience, conceiving us a reflective look, so that we can see ourselves not only as professionals, but also as citizens who have socially responsible behaviors and that are part of the merits related to human experience.

Keywords: Environmental Education. Strategic practices. Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

O atual cenário econômico enfrenta novos desafios ocasionados por intensas expectativas sobre a grande quantidade de informações disponíveis aos consumidores e à sociedade de modo geral. Assim, faz-se necessário aos empresários balancear preços, oferecendo produtos com baixo custo, alto padrão de qualidade e incremento da competitividade com a análise de questões éticas, ambientais e sociais. A responsabilidade social torna-se um fator concorrente e sustentável para os negócios a serem feitos neste âmbito.

É preciso fazer uma análise minuciosa dos problemas e desafios globais integrantes na sociedade nas últimas décadas. Desde o marco da Revolução Industrial, nós consumidores escolhemos modelos de consumo, produção e desenvolvimento que tem suscitado um amontoado de desigualdades, aglomeradas, principalmente, na disseminação de renda e no descaso aos direitos dos cidadãos, bem como as garantias e condições essenciais a sobrevivência íntegra do ser humano.

Antigamente, podíamos identificar uma empresa concorrente de outra pelo simples valor dado aos produtos comercializados. Decorrido esse tempo, veio a ser observado entre os consumidores o padrão de qualidade, com vista nos produtos e serviços oferecidos pelo estabelecimento comercial. Atualmente, os consumidores e a sociedade como um todo priorizam as organizações com uma anexação social mais abrangente, em relação àquelas que possuem um porte apenas legal e simplesmente comercial, financeiro ou trabalhista.

As mudanças ocorridas ao longo do tempo, começam a apontar novas estratégias organizacionais, cujo objetivo maior é manter um diálogo constante e claramente visível com a sociedade consumista. Assim, a problemática envolvendo a degradação ambiental tem se tornado alvo de discussões e debates em todo o mundo. Apesar das ações do homem sobre a natureza acontecerem desde os primórdios de sua existência, os impactos destas práticas ganharam enfoque e visibilidade apenas nas décadas finais do século XX (NOVAIS, 2012).

Neste período, a dominação da natureza e exploração desordenada dos recursos ambientais eram vistos como sinônimos de desenvolvimento econômico e financeiro. Os avanços sobre áreas ambientais não só eram permitidos, mas estimulados pela maioria dos países, sendo vistos como sinal de progresso da civilização (BATISTA, 2015). No entanto, esse modelo de exploração desencadeou diversas e severas consequências que afetavam diretamente toda a população mundial. A poluição das águas, do ar e dos solos, o desmatamento, desertificação e surgimento de doenças e agravos a saúde aparecem como exemplos das inúmeras consequências advindas da exploração ambiental desordenada (FREITAS, 2010).

Nesta mesma esteira, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação Ambiental, em seu art. 2º, estabelecem que a Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental. Frente a este contexto, passou-se a perceber que a Educação Ambiental seria um meio de ajudar a formar cidadãos capazes de proteger o ambiente que o cerca, tendo como resultado um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Comportamentos ambientalmente corretos, se ensinados na prática, nas escolas, oferecendo métodos eficazes para que o ser humano compreenda os fenômenos naturais, mas também as atitudes humanas e suas consequências para o meio ambiente no qual está inserido, contribuem de forma eficaz para a construção de uma sociedade sustentável.

Tendo agora respaldo legal no país a Educação Ambiental conseguiu atingir novos patamares, tendo esta que ser implementada em todos os segmentos da sociedade e em todos os níveis de educação, assim como fica estabelecido em seu artigo 2º: “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999).

Outro marco considerado importante na década de 1990 foi a criação do ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental, o qual dói instituído pelo Ministério do Meio Ambiente. O programa tem por finalidade a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização da sociedade como um todo, para garantir o meio ambiente ecologicamente equilibrado (BRASIL, 2008).

Os avanços ao longo das décadas são visíveis e se constituíram de suma relevância para se alcançar o desenvolvimento econômico, social e financeiro com sustentabilidade. Apesar disso, os desafios envolvendo essa problemática continuam imensos, e cada vez mais se faz necessário traçar novas estratégias que promovam uma efetiva proteção dos recursos naturais.

Alcançar tal propósito se mostra um dos maiores desafios da humanidade, uma vez que perpassa não só pela divulgação de conhecimentos (mediante, por exemplo, implantação de uma disciplina em nível escolar), mas sim por uma mudança cultural e de posturas. Tal fato requer de toda a população e dos poderes públicos o desenvolvimento de esforços para se alcançar uma efetiva mudança de comportamento, começando em nível local e assim evoluindo para todo o planeta.

A Educação Ambiental apresenta-se como um processo de ensino-aprendizagem que precisa ser posto em prática de forma constante e progressiva, possibilitando assim o desenvolvimento de conhecimentos, estratégias e habilidades para que a população possa adquirir atitudes e valores que são imprescindíveis para compreender e lidar com as questões ambientais e encontrar soluções que visem um mundo com sustentabilidade.

Para Voltolini (2007), os profissionais de empresas estão sendo coagidos a buscar filosofias inovadoras no sistema de gestão que une os interesses da sociedade na qual atua, em compasso aos interesses da própria organização empresarial. Assim, há a necessidade de superar os limites, trabalhando com ênfase para que a empresa seja um sucesso, atribuindo esse valor aos colaboradores que se portam altamente capazes de inovar e de transformar as objeções em caminhos que fazem a empresa cada vez mais competitiva no mercado de trabalho.

Diante desse aspecto, ainda é possível inferir que não existe mais um traço divisor entre problemas externos e internos (BORGER; KRUGLIANSKAS, 2002). É importante, neste contexto, atentarmos para um ambiente dinâmico, capaz de criar novas exigências, e moldar os objetivos traçados, como também os propósitos e métodos a serem aplicados nas organizações, de forma a constituir mediante as expectativas e anseios na sociedade. No entanto, as transformações ocorridas neste cenário derivam-se das necessidades de atuação das instituições, considerando-as, em seguida, mais autênticas face as demais (MEYER; ROWAN, 1992).

Segundo Porter e Kramer (2006), uma empresa é instigada a abordar dezenas de questões sociais, mas apenas algumas delas trazem uma oportunidade autêntica para fazer a diferença diante da sociedade ou apenas de conferir vantagens competitivas no setor econômico. No entanto, existe um elevado número de gestores que não atentaram para a necessidade de mudanças, por não estarem preparados para agir concretamente a frente de tais mutações. Não obstante, adotam ações altruístas ou métodos dominantes de responsabilidade social empresarial de forma dispersa e desprendida da organização e dos planos trilhados a este fim, e, portanto, sonhando oportunidades.

Para tanto, a empresa precisa direcionar um olhar consciente para redefinir as atividades exercidas em seu eixo, reconfigurando os processos e reavaliando os resultados pelos gestores em ângulos diferentes da organização, cujo objetivo visa proporcionar legitimidade, crescimento e sustentabilidade da instituição.

Portanto, o objetivo deste trabalho é apresentar exemplos de práticas ambientais sustentáveis, configuradas como modelo e construídas com intuito de promover a socialização de temas que abrangem a proteção ambiental.

2 METODOLOGIA

Em conformidade com Demo (2002), compreende-se a pesquisa tanto como processo de fabricação de conhecimento, quanto de procedimento de aprendizagem, princípio científico e educativo, constituindo-se como parte integrante do processo de reconstrução de conhecimento. Assim, fez-se uma abordagem reflexiva, na busca pela análise de outros autores que relatam sobre o tema.

Este estudo foi realizado na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), mais especificamente, no Centro de Formação de Professores (CCJS), localizado na cidade de em Cajazeiras – PB. A escolha da instituição se deu pelo método da acessibilidade.

Relativo aos procedimentos, o presente estudo, portanto, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, isto é, aquela em que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriormente realizadas em documentos impressos, como: livros, artigos, teses, entre outros (SEVERINO, 2007).

Consoante a esse pensamento, Gil (2010) discorre que a pesquisa bibliográfica expressa intensa vantagem, uma vez que reside no fato de fornecer ao investigador a cobertura de uma imensidão de fenômenos amplos do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Com relação aos objetivos, alude a uma pesquisa descritiva e, no tocante à sua abordagem qualitativa que, conforme elucidam Marconi e Lakatos (2010), desenvolve-se a partir de uma situação natural, cujo plano é vasto e flexível, com foco na realidade, de forma complexa e contextualizada, preocupando-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos do objeto pesquisado.

Quanto aos meios, a pesquisa foi realizada através de estudo de caso, que segundo Yin (2001) contribui para o avanço do conhecimento em campos do saber teórico ainda não consolidado. Através da coleta de dados e da entrevista no campus do CFP/UFCG, cujo objetivo foi identificar em suas seções, a presença da normativa da Educação Ambiental associada a prática da sustentabilidade e responsabilidade social, sendo possível levantar os resultados alcançados e observar os processos praticados para este fim.

Este trabalho também fez uso da observação direta, técnica que permitiu identificar outras práticas de sustentabilidade em consonância com a Educação Ambiental, e que foram adotadas pela instituição, sendo realizada a partir de visitas aos diversos setores administrativos, secretarias, coordenações de curso, biblioteca, laboratório de informática e sala do núcleo de tecnologia da informação do CFP/UFCG, em Cajazeiras – PB.

Para tratamento e análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, o que permitiu classificar os dados em diferentes categorias, sendo estas identificadas através de procedimentos interpretativos. A fase de pré-análise se caracterizou pela organização do material com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. A segunda fase consistiu na exploração do material, com a classificação e definição das categorias de acordo com as três dimensões da sustentabilidade. E, por fim, a terceira fase configurou-se pela condensação e análise das informações, culminando nas interpretações inferenciais.

Os dados coletados e a observação local, em meados de setembro a outubro de 2019, foram analisados qualitativamente e comparados à literatura sobre o tema.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O conceito Educação Ambiental varia, conforme as influências vivenciadas de cada um. Alguns veem a Educação ambiental apenas como uma ferramenta voltada à natureza: lixo, preservação, etc. Neste contexto, a Educação Ambiental vai assumir um caráter basicamente naturalista, como também vem buscando mostrar a realidade, e tentar fazer o homem e a natureza entrarem em equilíbrio, tendo assim um futuro de desenvolvimento e progresso.

A educação ambiental deve ser considerada como importante instrumento de gestão ambiental para a materialização da visão do desenvolvimento sustentável. Apesar disso, os efeitos benéficos de seu aprimoramento poderão ser percebidos principalmente em horizontes de médio e longo prazos. Entretanto, sua aplicabilidade, de maneira efetiva, está condicionada à implantação de políticas públicas educacionais compatíveis, que subsidiem uma mudança cultural, de modo a afetar holisticamente os hábitos e posturas de uma determinada sociedade (OLIVEIRA, 2010, p. 31).

Segundo o conceito de educação ambiental definido pela comissão interministerial na preparação da ECO-92:

A educação ambiental se caracteriza por incorporar as dimensões socioeconômicas, política, cultural e histórica, não podendo se basear em pautas rígidas e de aplicação universal, devendo considerar as condições e estágios de cada país, região e comunidade, sob uma perspectiva histórica. Assim sendo, a Educação Ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade, no presente e no futuro (LEÃO; SILVA, 1995, p. 13).

A Educação Ambiental surgiu para conscientizar a população sobre a preservação do

meio ambiente, criando modelos de desenvolvimento, com soluções limpas e sustentáveis, para a garantia do futuro da nação.

A partir da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em Tsibilisi (EUA), em 1977, inicia-se um amplo processo em nível global orientado para criar as condições que formem uma nova consciência sobre o valor da natureza e para reorientar a produção de conhecimento baseada nos métodos da interdisciplinaridade e nos princípios da complexidade. Esse campo educativo tem sido fertilizado transversalmente, e isso tem possibilitado a realização de experiências concretas de educação ambiental de forma criativa e inovadora por diversos segmentos da população e em diversos níveis de formação (JACOBI, 2003, p. 190).

Ao conscientizar as pessoas sobre os problemas ambientais que estão vivendo, as pessoas possam ter cada vez mais qualidade de vida sem desrespeitar o meio ambiente. Essa conscientização se dá a partir do conhecimento dos seus recursos, e quando se é implantada uma educação ambiental desde cedo nas escolas, torna-se mais fácil de ter um meio ambiente.

Ellen Regina Nunes (2005) aborda em seu discurso que nós, seres humanos, devemos reaprender sobre a nossa existência na terra, para assim podermos entender o quanto é importante à preservação do meio ambiente.

No entanto, é preciso com uma grande urgência se desencadear uma alfabetização ecológica, tendo em vista que é necessário que todos tenham uma noção sobre ecologia, para que se possa aprender com a vida, e entender o quanto se é necessário viver em um ambiente saudável, sem devastações, sem poluições e efeitos nocivos à saúde entre outros aspectos que encena essa conjuntura.

Durante séculos, o ser humano vem lidando com os recursos naturais de forma irracional, pois ao buscar o crescimento econômico, poluiu a água, o ar, destruiu florestas, além de muitos outros meios de devastação ambiental.

Como na natureza cada ação tem uma reação, o meio ambiente passou a reagir aos ataques que vem recebendo dos seres humanos. Ao observar isto, as pessoas passaram a repensar suas atitudes. Conservar e preservar a natureza tornou-se uma preocupação mundial porque sua destruição traz consequências na qualidade de vida das populações.

Nesse contexto é que surge o desenvolvimento sustentável, que tem por principal objetivo buscar o equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental, utilizando racionalmente os recursos naturais, garantindo que estejam disponíveis para as futuras gerações.

Na tentativa de amenizar os problemas ambientais ocorridos em todo o mundo, durante o pós-guerra, sujeitos angustiados com a relação assimétrica entre os seres humanos e o meio ambiente começaram a apresentar ideias de ações relacionadas à preservação da natureza. A

partir de então, foram criadas a ONU (Organização das Nações Unidas) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e a Educação Ambiental tornou-se objeto de estudo e suas políticas foram sendo fortalecidas através do acontecimento de diversos eventos em todo o mundo.

O lançamento da obra “Primavera Silenciosa”, de autoria de Rachel Carson no ano de 1962, já advertia sobre efeitos maléficos da utilização de pesticidas para o meio ambiente e a saúde humana. Segundo Carson (2013, p 95), “Na medida que o homem avança, no seu anunciado objetivo de conquistar a natureza, ele vem escrevendo uma sequência deprimente de destruições; as destruições não são dirigidas apenas contra a terra que ele habita, mas também contra a vida [...]”.

Em 1968 surgiu o Conselho para a Educação Ambiental no Reino Unido, e em 1972, o Clube de Roma apresentou diretrizes que visavam reduzir o consumo, através do relatório “Os limites do Crescimento Econômico”. Neste mesmo ano aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo (Suécia), tida como responsável por dar início a Educação Ambiental no mundo, apontando a indispensabilidade de proteger o meio ambiente, tanto para as gerações presentes como para as futuras e incentivaram a ONU a criar o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), que teve por sede Nairóbi, no Quênia.

Eventos continuaram acontecendo, e em 1975, a UNESCO ofereceu o Encontro Internacional de Educação Ambiental (Belgrado/Iugoslávia), momento em que foi criado o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), que objetivava uma Educação Ambiental continuada, multidisciplinar, que fosse agregada às disparidades regionais e focada no interesse da nação. Já em 1977, aconteceu a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi (Geórgia/ex-URSS), promovida pela UNESCO/PNUMA, no qual foram definidos princípios, objetivos e estratégias relacionados à Educação Ambiental, nas esferas regional, nacional e internacional.

Em 1979, a UNESCO promoveu o Seminário de Educação Ambiental para a América Latina, no qual foram estabelecidos planos para a Educação Ambiental na América Latina e em 1987 foi responsável por organizar o Congresso Internacional em Educação e Formação Ambiental em Moscou (Rússia), na qual foi destacada a relevância da formação de recursos humanos no âmbito da educação formal e não formal, bem como a inserção da Educação Ambiental em todos os níveis.

No Brasil, um dos eventos mais importantes foi a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, na qual teve o Capítulo VI dedicado ao meio ambiente

determinando, no *caput* do art. 225 da CF/88 que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

A Constituição Federal define em seu artigo 225, a Política Nacional de Educação Ambiental. Já em seu segundo artigo ressalta que a educação ambiental deve ser fornecida em todos os níveis e modalidades do processo educativo.

A Lei que trata da educação ambiental faz referência direta à Constituição Federal em seu terceiro artigo, inciso I, quando explana que o Poder Público ao concernir “nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino”.

Assim, mas como descreve a Política Nacional de Educação Ambiental:

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

I – o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II – a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III – o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV – a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; V – a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI – a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII – a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII – o reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e Cultural.

O destaque sobre a educação ambiental é também relacionado às atividades industriais, bem como é abordado não como um assunto particular, restrito apenas à educação formal, às instituições de ensino.

As estratégias de enfrentamento a problemática ambiental devem envolver “as medidas políticas, jurídicas, técnico-científicas, institucionais e econômicas [...]” (PRONEA, 2005, pp. 17-18), na tentativa de construir uma sociedade sustentável. Diante disso, é indiscutível que se compreenda que a responsabilidade de cuidar do meio ambiente envolve a sociedade como um todo. Para que essa compreensão ocorra faz-se necessário que os seres humanos sejam orientados a respeito e a Educação Ambiental pode ser o caminho. Ela foi apresentada na Constituição Federal de 1988, artigo 225, inciso VI, §1º quando prelecionou que o Poder Público é responsável por “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

A Educação Ambiental foi regulamentada pela Lei nº 9795/99, comumente conhecida como “Lei da Educação Ambiental”. O referido diploma legal trata da importância tanto da Educação Ambiental Formal, desenvolvida na educação escolar (art. 9º), quanto da Educação Ambiental não formal, que envolve ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente (art. 13). Sob esta perspectiva, a Educação Ambiental deve ser o primeiro passo para instigar a consciência crítica sobre as questões ambientais. Desta forma, é importante que haja a Educação Ambiental formal e a não formal, criando cidadãos responsáveis, que ajam com práticas ambientais corretas.

Incorporar às suas ações as estratégias, programas, planos e políticas traçados para temas correlatos, como mudanças climáticas, conservação da biodiversidade, conservação de solo e água, segurança alimentar, saneamento, resíduos sólidos, alternativas ao uso de agrotóxicos; educação do campo, assistência técnica, produção e consumo sustentável.

Em 1988, ocorreram também o 1º Congresso Brasileiro de Educação Ambiental, sediado no Rio Grande do Sul e o Primeiro Fórum de Educação Ambiental, na USP/SP.

Outro encontro relevante foi a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a RIO-92, que aconteceu em 1992 e buscava introduzir a ideia de desenvolvimento sustentável e um crescimento econômico mais equilibrado ecologicamente, que teve como principal documento aprovado, a Agenda 21.

No ano de 1994, foi elaborada, pelo MEC/MMA/MINC/MCT, a Proposta do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) que objetivava a qualificação do sistema de educação formal e não formal, tendo como um de seus objetivos, “promover processos de educação ambiental voltados para valores humanistas, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis”.

Em 1997, aconteceu a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, em Thessaloníki na qual foi reconhecido que o desenvolvimento da Educação Ambiental foi insatisfatório, passados cinco anos da RIO-92. Aconteceu, também, neste mesmo ano, a produção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) com o seguinte tema: “Convívio Social, Ética e Meio Ambiente”.

Com o objetivo de compatibilizar desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, em 1999 foi promulgada a Lei nº 9795/99 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, sendo regulamentada

pelo Decreto nº 4281/2002. O art. 7º da Lei de Educação Ambiental dispõe sobre as feições da Política de Educação Ambiental:

Art. 7º - A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental” demonstrando que a Educação Ambiental deve ser um processo realizado por um conjunto de entes.

No ano de 2002, aconteceu a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo (África do Sul) conhecida como Rio+10 na qual foram revisadas as metas da Agenda 21, conciliando desenvolvimento social e proteção ambiental. Já em 2012, foi a vez da Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, dando contribuições na definição da agenda do desenvolvimento sustentável das décadas seguintes.

Na busca por despertar uma consciência crítica acerca das questões ambientais e de diversos acontecimentos relacionados ao tema, percebe-se a importância de conhecermos, preliminarmente, os conceitos de Educação Ambiental a partir da legislação e da visão de alguns autores, bem como suas opiniões acerca da temática.

De acordo com a Lei nº 9795/99, "Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade" (conforme dicção do art. 1º).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental apresentam a Educação Ambiental como “uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental” (de acordo com o que está prelecionado no art. 2º).

A obra “Identidades da Educação Ambiental Brasileira” ressalta que a Educação Ambiental seria “o nome que historicamente se convencionou dar às práticas educativas relacionadas à questão ambiental. Assim, Educação Ambiental designa uma qualidade especial que define uma classe de características que juntas, permitem o reconhecimento de sua identidade, diante de uma Educação que antes não era ambiental” (Identidades da Educação Ambiental Brasileira, 2004).

Brown cita em sua obra *Ecoeconomia* suas preocupações sobre dessa problemática:

O reflorestamento é essencial para a restauração da saúde da Terra, a pedra angular da Ecoeconomia. Redução de enchentes e da erosão do solo, reciclagem da chuva para os interiores e restauração da recarga dos aquíferos dependerão não apenas da desaceleração ou contenção do desmatamento, e sim do reflorestamento da Terra (BROWN, 2003, p. 286).

Face às dinâmicas colocações, percebe-se que pessoas e instituições deveriam se movimentar e lutar por um mundo mais sustentável, afirmando que “Acelerar a transição para um futuro sustentável significa superar a inércia tanto das pessoas quanto das instituições. De certa forma, a inércia é nossa pior inimiga” (BROWN, 2003, p. 434).

Assim, a Lei nº 9795/99 promulgou sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, evidencia em seu artigo primeiro a educação ambiental como os processos através dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a preservação do meio ambiente, bem de uso comum de todos os seres humanos, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

O Desenvolvimento Sustentável

O conceito de Desenvolvimento Sustentável surge como resultado atribuído ao sentimento global de que o ambiente tem sido degradado em consequência da ação humana. A excessiva utilização dos recursos naturais traz consigo a ideia de que, em última análise, a existência humana está também ameaçada. Nesse contexto, podemos definir o Desenvolvimento Sustentável segundo o relatório “O Nosso Futuro Comum” apresentado pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Comissão Brundtland: “Desenvolvimento Sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

A concepção dessa temática envolve a duradoura subsistência humana e da natureza, buscando satisfazer os desejos do tempo presente sem afetar o desenvolvimento futuro, determinando uma simetria entre todas as atividades relativas à existência terrena.

Como afirma Brown (2003, p. 6): “Criamos uma economia que não pode sustentar o progresso econômico, uma economia que não pode nos conduzir ao destino desejado” O autor

nos remonta para os fatos mutáveis do ambiente e para criação de um novo paradigma da sustentabilidade, no qual propõe uma nova atividade com vista para o cenário mundial, que se relaciona, sobretudo com dinâmica da interação e contributo entre órgãos governamentais, empresas e comunidade pautada na construção de uma sociedade mais íntegra e sustentável.

Observa-se a incessante necessidade de se buscar novas formas que contribuam não somente para os negócios, mas também para a implantação de uma sociedade verdadeiramente sustentável. Portanto, os investimentos feitos em sustentabilidade empresarial é, além de um comportamento ético e filantrópico, um meio de, indiretamente, cooperar para a permanência dos negócios, favorecendo ao final, a própria movimentação empresarial.

Uma sociedade é sustentável, “ao atender, simultaneamente, aos critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica, os três pilares do desenvolvimento sustentável” (SACHS, 2002, p. 35). Nesta ótica, as organizações devem optar por políticas e práticas de sustentabilidade empresarial, atentando-se, a partir deste anseio, a incorporar planos aos negócios com vista nas dimensões econômica, ambiental e social, relativas ao contexto do desenvolvimento sustentável.

Dada à importância da sustentabilidade empresarial a adesão do novo paradigma do desenvolvimento sustentável, esse ganhou força a partir da década de 1990, com a constituição de inúmeras entidades voltadas para o tema. No ano de 1992, ocorreu à criação do WBCSD – World Business Council for Sustainable Development, e sucessivamente, em 1997, a fundação do CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável e, no ano de 1998, a fundação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e na sequência vários outros fóruns foram criados para esta finalidade como: o Protocolo de Quioto, a Rio+20, a Cúpula de Johannesburgo entre outros.

No contexto contemporâneo, percebe-se que a adoção de práticas empresariais sustentáveis demarca uma realidade completamente possível e acessível de todos. No moderno ambiente tecnológico e científico é notório que para ser uma empresa sustentável é preciso está intimamente relacionada com as questões culturais e a paradigmas decorridos ao passar do tempo, cuja capacidade racional e econômica do universo possa se construir sob novas referências de desenvolvimento.

Apesar dessa realidade, a incorporação do desenvolvimento sustentável das empresas é um processo em andamento, uma vez que a concepção de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade empresarial ainda são assuntos recentes, pouco propagados e discutidos pela sociedade vigente do século XXI.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No âmbito da Universidade Federal de Campina Grande, foi possível identificar documentos que trazem objetivos, metas, orientações e diretrizes à promoção de práticas sustentáveis.

Os vínculos entre as empresas e a sociedade são dinâmicos, o que permite uma atividade empresarial com ênfase na responsabilidade social pressupondo um planejamento estratégico que favorece um princípio frequente de comunicação para monitoramento do ambiente e das correlações com os sujeitos das instituições envolvidas neste campo, não se delimitando somente em conceber uma primazia previamente comprometida com um conjunto de indivíduos singulares.

Nesta perspectiva, a responsabilidade social da empresa preza pela construção de ações e práticas comerciais destacando os interesses e a realidade dos agentes, considerando suas ideias e pareceres no contexto da organização. Tal posicionamento presume intrinsecamente o modelo de conduta que valorizam o ser humano, a sociedade e o meio ambiente e com isso resulta em uma boa regência e principalmente, transparência. Ao adotar esse padrão de relacionamento, automaticamente as empresas cultivam um espaço que favorece e consolida suas posturas para o desenvolvimento sustentável de seus negócios no decorrer do tempo, bem como a permanente vida terrestre. Tudo isso implica em estratégias de direcionamento e planejamento que incorpora valores, confiança e reciprocidade aos envolvidos nesse processo, uma vez que tais premissas são incomuns no contexto comercial, ressaltando apenas qualidades como: produtividade, competitividade e concorrência, características do sistema empresarial.

Portanto, observa-se que não existe um padrão preciso e uno para a implantação da responsabilidade social nas empresas. O modelo a ser implantado deve estar enraizado e vinculado ao tamanho, ao setor e à cultura da empresa, devendo ter como base uma visão integrada e sistêmica, a melhoria contínua, uma perspectiva de atuação de longo prazo e sustentabilidade na operação dos negócios, abrindo-se mão de resultados de curto prazo, à medida que esses interfiram na relação com os *stakeholders*, comunicação aberta e transparente com as partes interessadas, implicando adotar transparência, honestidade, integridade e padrões de conduta éticos (BORGER, 2001).

As diversas demandas das partes interessadas impõem condições de negociação complexas e podem exigir comportamentos distintos e, aparentemente, contraditórios para as empresas. Com relação ao ambiente externo, a empresa não efetua a gestão das relações com seus interlocutores, mas a gestão das expectativas das partes interessadas e de como elas serão incorporadas à gestão empresarial e sustentadas.

Esse fato, que não resume a gestão das ações socialmente responsáveis a uma mera questão de comando e controle, exige uma percepção acurada dos valores, dos direitos e dos deveres envolvidos para a tomada de decisão, colocando para a administração empresarial o desafio de controlar recursos críticos e acomodar demandas distintas que as partes interessadas esperam que sejam atendidas (KARKOTLI, 2004, p. 53).

A ação atribuída à responsabilidade social tornou-se um processo constante, cujos objetivos e propósitos são delimitados em situações diversas. Assim, procura-se avançar continuamente com base na colaboração, princípios éticos e transparência, com ênfase no seu eixo principal: a sustentabilidade.

Alicerçado no âmbito da sustentabilidade e, portanto, construindo uma estratégia voltada para a relação com os *stakeholders*, apresentamos dois elementos fundamentais para o exercício dos gestores. O primeiro elemento adota a responsabilidade social como ponto marcante que irá caracterizar a empresa e este com a função da coesão existente entre a cultura da entidade e as demandas da população, na qual se encontra imergida; o segundo destaca o reconhecimento de seus *stakeholders* concretos e virtuais. Dessa forma, utilizando a ideia do primeiro elemento, a empresa deve salientar as atividades sociais planejadas neste âmbito para serem desenvolvidas na prática da responsabilidade social. No entanto, a ênfase dada *na execução das atividades pertinentes a esse contexto* deve ser direcionada para as demandas sociais, cujo elo se faz de acordo com a cultura da organização empresarial, isto é, encontram-se continuamente correlacionadas ao trabalho e ao modelo estratégico preestabelecido pela companhia. Esse é um critério minucioso que tem que ser analisado cuidadosamente, pois desatando os laços entre as demandas da sociedade e a cultura organizacional, as ações da responsabilidade social podem converte-se em simples atividades abnegadas.

Sabemos que existe discordância entre os grupos de interesses, em grande parte, e também em suas submissões, caracterizando-as como organizações heterogêneas e dissonantes. A influência dos grupos participativos na empresa favorece uma maior dependência e um grande poder descentralizado nas ações relativas à organização. Assim, administrar tais relações de poder irregulares, distintas e conflitantes torna-se um grande desafio imposto à gerência e aos responsáveis pela formulação e implantação das estratégias empresariais. A opção feita neste cenário pelos gestores referentes aos *stakeholders* consiste na descrição autêntica, e na eficácia de inspirar no ambiente empresarial expectativas e anseios de promoção efetiva de suas ações, e principalmente, satisfazer a urgência das demandas sociais.

A tomada de decisões pela empresa marcada por estratégias eficientes e diferenciadas proporcionam aos superiores a credibilidade e conseqüentemente, aspiram retornos lucrativos, concretizando seu objetivo, uma vez que, oferece aos consumidores e clientes qualidade e

confiança dos serviços prestados e produtos ofertados sem elevar os custos destes, estabelecendo vínculos satisfatórios com funcionários e fornecedores e com a comunidade em geral. A finalidade principal é torna-se uma empresa que assuma sua responsabilidade diante de seus direitos deveres e, essencialmente, atribua valor aos trabalhadores, para que estes sintam confiança e que desejem prosperidade a empresa e que essa ofereça um ambiente de trabalho dinâmico, estimulante e compensador.

Nesta perspectiva, Machado Filho (2002) nos apresenta formas básicas de estruturas organizacionais, alternativas para a condução de ações sociais, interna ou externa aos limites da empresa. O estudioso destaca a opção interna, na qual a empresa opera sob as ações de responsabilidade social dentro da sua própria estrutura organizacional, mantendo essas atividades no seu organograma. Em seguida, explana a opção externa, sendo aquela segundo a qual a empresa cria uma organização própria para operar as ações sociais, como uma fundação sem fins lucrativos, ou então desenvolve parcerias com outras instituições, aportando recursos. Entretanto, não opera diretamente as ações de responsabilidade social. Assim, implantar projetos e práticas iniciativas denota a responsabilidade social das companhias, uma vez que inclui o planejamento, desde uma investigação prévia do estado atual em que a empresa se encontra até a apresentação final do corpo de ações propostas para este fim.

Nesta ótica discursiva Melo Neto & Fróes (2001, p.39) destacam a perspectiva sobre a responsabilidade social como porte estratégico organizacional expondo seu conceito: “[...] neste aspecto, a busca da responsabilidade pelas empresas é centrada na valorização do seu negócio em termos de faturamento, vendas e *marketshare*”. Esta concepção destaca a responsabilidade social como ação social estratégica onde os investimentos são revertidos com ganhos positivos aos negócios. Como já mencionado, uma pequena fração sobre a conexão metódica das práticas socialmente responsáveis interligadas as inúmeras atividades da companhia no tocante a responsabilidade social empresarial constitui parte da estratégia da organização, acontecimento que depende da preparação efetiva de um planejamento estratégico. Ao contrário, a ação feita desordenadamente fora do planejamento da organização torna-se filantrópica e, dessa forma, não determina caminho para a implantação da responsabilidade social na entidade empresarial.

Uma organização pode optar por uma forma prática de constituir a responsabilidade social numa ótica que a leve a compreender seu foco de atuação: meio ambiente, cidadania ou recursos humanos, bem como sua estratégia de ação e seu papel fundamental neste contexto. Este se une aos valores da organização, assim como o foco e a estratégia, se vinculam à ação e sua relação com seu cenário. Esses três elementos segundo Melo Neto e Fróes (2001), o foco, a estratégia e o papel, circunscrevem um campo de ação para a prática da responsabilidade

social empresarial. “A organização define sua visão predominante e visões secundárias de responsabilidade social e estabelece parâmetros para avaliar a gestão dessa prática no que corresponde, por exemplo, à relação com a comunidade” (MELO NETO; FRÓES, 2001, p.43).

O planejamento requer considerar a natureza como elemento próspero ante as decisões tomadas atualmente. Dessa forma, o planejamento permite examinar o momento em suma, e com isso, presume as dificuldades virtuais propiciando futuras soluções. Feita a investigação situacional é possível a tempo, preestabelecer, arquitetar, almejar e conceber um futuro vindouro, e assim, implantar metodologias para se tornar realidade. Neste âmbito, criam-se condições possíveis de serem executadas, no futuro, mas é preciso fazer um planejamento estratégico bem elaborado e, portanto, tomar decisões precisas com antecedência, delimitando as alternativas a serem desenvolvidas para cada ação, e também designar atividades ao longo do tempo para que se chegue ao clímax aspirado.

Ao adotar políticas de responsabilidade social, as empresas optantes por essa modalidade, utilizam estratégias que apresentam sintonia aos interesses e anseios de seus agentes, além do simples destaque na preocupação com a plenitude de lucros e a dedução de custos. O desafio a ser vencido nesse percurso é enfrentar os parâmetros e as variáveis relacionadas ao desempenho social e ambiental, referentes à base de análises, bem como o acompanhamento de ações e projetos e testes com seus respectivos resultados.

Portanto, a inclusão da responsabilidade social no cenário empresarial favorece a articulação, a escolha, a adoção e o estabelecimento de indicadores e medidas que fornecem informações sobre essa temática. No entanto, além do exercício associado às funções da produção, de *marketing*, de finanças e de desenvolvimento de produtos e serviços, de recursos humanos, de compras e manutenção, entre outras a empresa deve efetuar um elo metódico junto às atividades da responsabilidade social desse órgão, adotando uma estrutura possível e harmônica diante de sua realidade.

Segundo a linhagem metodológica de Porter e Kramer (2006), no qual lista ações de sustentabilidade a serem utilizadas espontaneamente no ambiente do CFP/UFMG, cujo objetivo é enfatizar atividades que atendam a sociedade e que promova a qualidade nos serviços prestados, pautados na preservação ambiental. Essas ações compreendem: respeito à cidadania; abrandar os danos acarretados por atividades da linha de sucessão; converter atividades da cadeia de valor; transformar o altruísmo estratégico. O fim proposto, nesse contexto, é rotular as questões, considerando o estágio de interseção da Educação Ambiental com a área de operação da instituição, pressupõe neste âmbito um paradigma teórico para a gestão estratégica

da mesma composta por uma representação de ações a serem realizadas por entidades educacionais e uma investigação para mapear os relacionamentos empíricos.

A composição desse modelo foi realizada a partir de análise, relacionamento e integração das informações suscitadas no estudo bibliográfico, no levantamento de melhores ações da companhia, do setor e no conhecimento adquirido ao longo do curso acadêmico de administração sobre os assuntos sustentabilidade e responsabilidade social. O modelo proposto não pretende encerrar a temática abordada, contudo, objetiva ser um marco referencial para as empresas do setor, com vista na possibilidade de caracterizar e executar as ações socioambientais relativas a esse campo.

Assim, foram qualificadas como ações de *respeito à cidadania* aquelas que são fundamentais para a comunidade possibilitem gerar resultados construtivos, proporcionando um desenvolvimento promissor para a atividade acadêmica. De acordo com o aporte de Drucker (1996) que ressalta os critérios avaliativos, o foco e a capacidade singular do ambiente educacional para efetivar tais ações.

A discussão segue com pauta no segundo ponto que trata as ações voltadas para abrandar os danos acarretados por atividades da linha de sucessão, nas qual engloba questões que viabilizam os prejuízos causados ao meio ambiente, e, conseqüentemente, procuram amenizar os efeitos hostis presentes ou prováveis das operações e dos processos realizados em uma universidade. Portanto, ações habitualmente executadas pelas entidades do ramo, e que na maioria das vezes são vistas como um dever social. O terceiro ponto é conceituado pelas ações de conversão das atividades da cadeia de valor, numa ótica de Savitz (2007, p. 29), denominada “ponto doce da sustentabilidade”, isto é, aquelas que são frações inerentes da atividade gerencial e em que “a busca do lucro se mistura de maneira inseparável com a busca do bem comum”. Nesse aspecto, podemos considerar iniciativas dinâmicas elaboradas para âmbito acadêmico, com foco nos benefícios sociais e ambientais de amplitude e diversidade. Por último, a concepção de ações de transformação do altruísmo estratégico, seguindo também o pensamento de Savitz (2007, p.148), sobre as ações sociais, nas quais apresentam uma “intersecção entre a estratégia da empresa e os interesses de um mundo mais amplo”.

Cabe salientar com ênfase nos pensamentos de Grayson e Hodges (2002) e Savitz (2007) segundo o modelo de Porter e Kramer (2006), a inserção de outros elementos pertinentes a essa temática: as funções administrativas e os *stakeholders*. Os autores mencionam a necessidade de incorporar diferentes funções nas transações comerciais, ou seja, suscitando à responsabilidade social no tocante a geração de sustentabilidade e persistência para se integrar na administração das principais atividades exercidas nesse âmbito.

No que diz respeito aos *stakeholders*, observa-se que uma ação realizada por qualquer esfera no interior de organização, seja pública ou privada, em que encontra diferentes formas de relacionamento. Assim, a construção do modelo estratégico apresentado nesse estudo consiste nos aspectos essenciais do público e suas relações humanas no cenário educacional. Portanto, quando uma determinada área desenvolve suas estratégias juntamente com a responsabilidade social, inúmeros *stakeholders* são direcionados e perceptíveis a ponto de efetivar o alvo a ser alcançado por meio da metodologia adotada a este fim (SILVA, 2009).

A importância observada neste âmbito de cunho bibliográfico, serviu de subsídio para a deliberação das atividades possíveis de serem executadas no campus do CFP/UFCG.

Práticas estratégicas de sustentabilidade a serem desenvolvidas no CFP/UFCG

Como abordado anteriormente, traçamos métodos e estratégias a serem desenvolvidas no CFP/UFCG, ambiente desse estudo. Apresentamos a seguir práticas que servirão de base para futuras instalações internamente adotadas pelo campo supracitado neste ensaio. Delimitamos nesta amostra alguns setores da área organizacional e seu relacionamento com os *stakeholders*, visando uma melhor compreensão deste caso. Abaixo, mostraremos tais propostas, cujo objetivo principal é a prestação de serviços e a política de integração do setor com a sociedade. Foram listadas apenas algumas das inúmeras possibilidades que podem ser adotadas nas organizações empresarias, em especial, no campus do CFP/UFCG, os quais versa este estudo. São elas: Doar produtos para instituições de caridade; Criar programas de voluntariado e doação de material didático para pessoas carentes; Campanha de adoção do Natal solidário, envolvendo a colaboração de clientes, funcionários e gestores; Realizar a coleta seletiva de lixo; Controlar a poluição causada por veículos que transitam na universidade; Controlar os desperdícios ocorridos na armazenagem e nos pontos de venda alimentícia dentro da universidade; Controlar a qualidade da água e higienização dos ambientes da universidade; Uso de biocombustível na frota da universidade; Criar pontos de recebimento de embalagens pós-consumo: separação e doação para ONGs de reciclagem; Atendimento preferencial para pessoa com deficiência; Disponibilizar vagas de estacionamento para pessoas com deficiência e mobilidade na universidade; Equipamento de identificação e segurança para funcionários; Atentar para que a exposição de produtos de risco; Analisar alternativas recicláveis ou de menor impacto ambiental; Reciclagem da água e redução do consumo de energia; Posicionar-se quanto à venda de transgênicos e rotulagem nas lanchonetes e pontos da universidade; Conferir as mercadorias adquiridas, analisando-as se estão de acordo com as normas obrigatórias de

higiene, segurança e qualidade; Estabelecer normas e procedimentos explícitos para todos os usuários do campus; Inclusão de cláusula contratual referente a não discriminação, coagir a força do trabalho e o trabalho infantil; Desenvolvimento de fornecedores a partir de treinamentos, estimulando a formalização e profissionalização de pequenos fornecedores locais; Gerar empregos para moradores locais; Treinamento interno e externo de seus colaboradores; Orientar funcionários e terceirizados quanto à legislação relacionada à venda ou uso de produtos ilícitos; Estabelecer canais de comunicação entre a comunidade acadêmica; Incorporar a diversidade como um valor organizacional; Adotar critérios socioeconômicos; Registrar e resolver reclamações; Uniformidade e coerência nas informações transmitidas aos estudantes, visitantes e comunidade em geral; Fornecer informações apenas com autorização própria; Usar encarte como fonte de informação cidadã – dicas de saúde e alimentação saudável; Evento para disseminação da cultura regional com shows e apresentações culturais; Campanhas de arrecadação e distribuição de recursos para doação a casas de repouso, creches, escolas públicas e orfanatos; e, Elaborar e publicar relatórios de sustentabilidade.

Aqui está exposta uma pequena fração das estratégias de sustentabilidade que podem ser utilizadas e, sucessivamente fomentar outras elaborações neste âmbito, por isso, não se devem limitar somente as propostas mencionadas, contudo cada estudo sobre essa temática deverá abranger suas ideias, a fim de proporcionar uma maior efetivação discursiva em torno da problemática. As práticas estratégicas traçadas são de natureza bibliográfica tendo como fonte sítios da internet como a Wikipédia e e-books fornecidos pelos sítios da UFCG.

Ainda existem muitas ações que podem ser praticadas no intuito de tornar-se um ambiente mais socialmente responsável em diversas camadas de abrangência e envolvendo diferentes setores internos da instituição. Ressaltamos, contudo, a consideração de Savitz (2007) sobre a necessidade de aglutinar-se nas ideias inovadoras que desencadeiam novos paradigmas ambientais. “As práticas sustentáveis tornam-se importantes, uma vez que adquire competência organizacional para antepor suas ações, já que existem muitos públicos de relacionamento que competem por atenção, interesses e recursos da empresa” (SAVITZ, 2007, p. 149). Assim, a empresa que prima por uma ação de convívio à outra dependerá de como a mesma é compreendida pelos divergentes *stakeholders*.

Portanto, a atual proposta estratégica, também, requer que as atividades elaboradas sejam atribuídas e executadas para cada um dos *stakeholders*, abrangendo as diversas áreas organizacionais, transmitindo coerência e moldando internamente a empresa para resolução das falhas existentes, e conseqüentemente, restaurar suas relações no cenário social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre o desenvolvimento sustentável e responsabilidade social está cada vez mais presente no cotidiano populacional, portanto, com base nesta reflexão sobre a temática exposta e, principalmente, sobre o modelo estratégico adotado pela sociedade nos últimos séculos, faz jus a investigação teórica empírica apresentada neste trabalho.

O paradigma da sustentabilidade exige ações sincrônicas e metódicas, passando pela participação cidadã, empresas e governanças. Assim, as empresas que este estudo foi direcionado procurou analisar a importância da inovação na hipótese e execução das atividades empresariais mais sustentáveis.

O debate discutido neste âmbito nos traz o diagnóstico sobre os serviços e seus respectivos consumidores. Nesta perspectiva, as entidades tentam adequar-se à diversidade de interesses e começam a atender aos desejos sociais atualizando suas posturas, condutas e méritos organizacionais. Entretanto, a tese não é apenas a urgência de mudanças. Isso envolve também a continuidade e a grandeza de tais mudanças, há a necessidade de adquirir novos conhecimentos. Dessa forma, é preciso construir habilidades e competências inovadoras acerca da Educação Ambiental, como também modelos racionais. Nesse sentido, a aprendizagem é a essência para vincular a perspectiva socioambiental no cenário moderno.

Sobre o Centro de Formação de Professores (CFP), foi possível observar que a gestão da entidade se propõe a adotar práticas sustentáveis, que o campus já possui uma política voltada para sustentabilidade e o respaldo as questões ambientais, e que existem muitas possibilidades para o desenvolvimento de novas práticas, as quais foram propostas, e que certamente, somarão ainda mais para o desenvolvimento sustentável da instituição acadêmica.

Os resultados observados apontam que as principais ações de sustentabilidade que são desenvolvidas na instituição se delimitam em cada uma das dimensões da sustentabilidade. Contudo, deve-se atentar-se nessa esfera para uma nova dimensão, que é a normativa. As normas ambientais assumem uma função central na tomada de decisão, vindo a ser um dos fatores essenciais que influenciam a adoção de práticas sustentáveis.

A responsabilidade socioambiental tornou-se um dos compromissos mais assumidos pela instituição, com alguns de seus objetivos e metas incluídos no Plano de Desenvolvimento Sustentável. A implementação de determinadas práticas estratégicas teve uma contribuição significativa para minimizar o uso de recursos materiais, diminuição da quantidade de desperdícios orgânicos, otimização do uso de energia, entre outros aspectos inerentes as

atividades ambientalmente sustentáveis,. Do ponto de vista financeiro, a principal vantagem foi a economia de recursos públicos, advinda da redução dos dispêndios supracitados.

Relativo as contribuições desse estudo, compreende-se que este fornece evidências empíricas relevantes, assim como exposições teóricas, mediante as especificidades do conteúdo analisado, de modo a servir como base para o desenvolvimento de novas pesquisas acerca do debate da Educação Ambiental e Sustentabilidade, tanto em instituições públicas como privadas. Assim, constituirá mais uma ferramenta institucional para a colaboração do desenvolvimento e aperfeiçoamento das políticas ambientais, de forma a subsidiar a criação de novos projetos e ações nessa instituição.

Como trabalhos futuros, ressalta-se a possibilidade de implantação de um sistema de informação que ofereça conhecimento para a economia de recursos, a partir do uso consciente de energia, papel, alimentos, entre outros aspectos que tragam benefícios a instituição. Salientamos a possibilidade da criação de uma resolução institucional, para fins de regulamentar as práticas estratégicas relacionadas a questão ambiental. Assim, há a possibilidade de propagar e efetivar a realização de um trabalho de conscientização ambiental, de âmbito geral, como já proposto, mais com a participação de docentes, acadêmicos e técnico-administrativos da instituição, objetivando envolvê-los através de palestras, congressos, projetos de extensão, e pesquisas sobre o recorrente tema.

Como limitação para este estudo, destaca-se apenas um campus universitário pesquisado, o que poderia ser expandido a outros que se disponibilizam a adotar tais práticas estratégicas sustentáveis para a melhoria do seu funcionamento interno, e, conseqüente, para o meio ambiente. É evidente que em outros campus da instituição adotam uma quantidade e diversidade de práticas diferentes, influenciados pelo nível de consciência ambiental dos gestores, e da acentuada administração, não sendo, portanto, elencados nesta pesquisa. Dessa forma, para realizar um diagnóstico mais preciso envolvendo toda a universidade, faz-se necessário realizar novas pesquisas abrangendo todos os campus da instituição. Entretanto, é tangível que este estudo conceba contribuições para os gestores públicos, coordenadores e demais sujeitos, com a finalidade de planejar e implantar práticas de sustentabilidade e responsabilidade social em suas esferas administrativas, como também para demais pesquisadores que desejam aprofundar-se ou desenvolver novos estudos sobre essa temática.

Diante desse cenário, o presente trabalho a pesquisa buscou identificar a aprendizagem singular, isto é, cada sujeito integrante do meio ambiente deve ter compromisso com o amanhã, uma vez que necessita desse bem para uma vida promissora, no entanto, é necessário que este contribua para que o mundo se torne cada vez melhor, assim como anseia. Mas, para que isso

realmente aconteça, os agentes precisam agir como sujeitos ativos no sistema de mudança e, com a finalidade de internalizar atitudes inovadoras e valores para reduzir os embates ambientais e sociais nocivos, que foram originados pelo excesso trabalho e de sua vivência global. Dessa forma, delinear uma rotina diária exercendo sua cidadania e comprometendo-se com ela é imprescindível para uma sociedade mais íntegra e sustentável. A aprendizagem consolida nossa vivência contemporânea, permitindo um olhar reflexivo, para que possamos nos enxergar não apenas como meros profissionais, mas também como cidadãos que portam condutas socialmente responsáveis e que fazem parte dos méritos relativos à vivência humana.

Dessa forma, todo o esforço é para que a sustentabilidade seja efetivamente incorporada a qualquer ambiente, impulsionando um espiral crescente de desenvolvimento para uma sociedade mais sustentável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. O bom negócio da sustentabilidade. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2002.

BATISTA, M.S.S. **Educação ambiental no Ensino Superior: reflexões e caminhos possíveis.** Curitiba, Appris, 2017.

BORGER, F. G. **Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial.** São Paulo, 2001. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo, 2001.

BORGER, F. G.; KRUGLIANSKAS, I. Corporate social responsibility and environmental and technological innovation performance: case studies of brazilian companies. *In: ICTPI Kansai 2002, Anais [...]*, Kyoto, Japan, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.795/99**, dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Constituição, 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao. Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Educação ambiental: aprendizes da sustentabilidade.** Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA.** Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/pronea3.pdf. Acesso em: 2 out. 2019.

BROWN, L. R. **Ecoeconomia**: construindo uma economia para a terra. Salvador: UMA, 2003. Disponível em: http://www.biodiversidade.rs.gov.br/arquivos/1161806787Eco_Economia.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo, Gaya, 2013.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum – Comissão Mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro, FGV, 1991.

DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. 7.ed. Campinas, Autores Associados, 2002.

DRUCKER, P. **Administrando em tempos de grandes mudanças**. São Paulo, Pioneira, 1996.

FREITAS, D.M.S.F. **Diagnóstico e proposta de modelo de gestão de resíduos eletroeletrônicos gerados nos ministérios do governo brasileiro**. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica de Brasília – UCB, Brasília – DF, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. - São Paulo, Atlas, 2010.

GRAYSON, D.; HODGES, A. **Compromisso social e gestão empresarial**. São Paulo, Publifolha, 2002.

HART, S. L. **O capitalismo na encruzilhada**: as inúmeras oportunidades de negócios na solução dos problemas mais difíceis do mundo. Porto Alegre: Bookman, 2006.

JACOBI, P. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205 mar. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

KARKOTLI, G. R. **Responsabilidade social**: uma estratégia empreendedora. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo, Atlas, 2010.

LEÃO, A. L. C.; SILVA, L. M. A. **Fazendo educação ambiental**. Recife, CPRH, 1995.

MACHADO FILHO, C. A. P. **Responsabilidade social corporativa e a criação de valor para as organizações**: um estudo de multicasos. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo, 2002.

MELO NETO, F. P.; FROES C. **Gestão da responsabilidade social**: o caso brasileiro. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2001.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organization: formal structure as myth and ceremony. *In*: MEYER, J. W; SCOTT, R. W. **Organizational environments**: ritual and rationality. London, Sage Publications, 1992.

NOVAIS, V. M. da S. Desafios para uma efetiva gestão ambiental no Brasil. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/4h.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

NUNES, E. R. M. M. **Alfabetização ecológica**: um caminho para a sustentabilidade. Porto Alegre: Ed. do Autor, 2005.

OLIVEIRA, Adão Martins de. **Educação Ambiental**: Construindo Valores. Aplicação na Fundação Bradesco – Unidade Ceilândia – DF. Brasília 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES UNIDAS MEIO AMBIENTE. **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/onumeioambiente/> Acesso em Acesso em: 4 out. 2019.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Estratégia e sociedade: o elo entre vantagem competitiva e responsabilidade social empresarial. **Harvard Business Review Brasil**, Dezembro de 2006.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

SAVITZ, A. W. **A empresa sustentável**: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental. Rio de Janeiro, Elsevier, 2007

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, Cortez, 2007.

SILVA, D. da C. C. SC: Sustentabilidade Corporativa. *In: Anais [...] VI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - SEGeT*, Resende, RJ, 2009.

VOLTOLINI, R. Diálogo e coragem fazem o líder sustentável. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 02 de out. 2007. A-14.